



**Processo n.º:** 21.233/2012e

**Origem:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE/DF

**Assunto:** Edital de Parceria Público-Privada – PPP

**Ementa:** Análise do edital de Concorrência n.º 01/2013 – SEG, cujo objeto consiste em outorga de Parceria Público Privada – PPP, na modalidade de concessão administrativa, para implantação, desenvolvimento, operação, manutenção, gestão e administração da infraestrutura do Centro de Gestão Integrado – CGI do Distrito Federal. Decisão n.º 1.394/2013: suspensão do certame, descumprimento de determinação por parte da atual Seds/DF e abertura de prazo para apresentação de razões de justificativa e expedição de orientação. Decisão n.º 3.950/2013: parcialmente satisfatórias as razões de justificativa da Seds/DF, fixação de entendimento de que, nos contratos de PPP, a limitação do número de empresas consorciadas é admissível, desde que fundamentada, e alteração do Edital de Concorrência n.º 01/2013-SEG. Decisão n.º 5.229/2013: conhecimento de exordial denegando a medida cautelar requerida. Decisão n.º 6.417/2013: conhecimento da manifestação da SEG/DF para, no mérito, considerar improcedente a representação e expedição de diligências à SEF/DF. Decisão n.º 6.114/2014: conhecimento das informações prestadas pela SEG/DF, tendo por satisfatoriamente atendidos os itens III e IV, “b”, da Decisão n.º 2.896/2014, expedição de determinação à SEG/DF para apresentação de esclarecimento no prazo de 30 (trinta) dias, alerta à jurisdicionada e retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para adoção das providências indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item V do *decisum*. Decisão n.º 2.944/2015: conhecimento das informações encaminhadas pela jurisdicionada e do pedido de cópia formulado pelo Item Concessionária, das peças acostadas ao feito após prolação da Decisão n.º 6.114/2014, deferimento das cópias requeridas, oportunizando-se à Item Concessionária prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, manifestar-se acerca da diligência inserta no item III da Decisão n.º 6.114/2014, sobrestamento do exame das informações encaminhadas pela jurisdicionada, determinação à Comissão Permanente de PPP's do TCDF, ciência da decisão a ser adotada à SEF/DF, à SEG/DF, à Seds/DF e a Item Concessionária e retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento. Manifestação da Item Concessionária e encaminhamento de informações pela jurisdicionada. Exame de cumprimento de diligências. Unidade instrutiva pugna pelo conhecimento das manifestações carreadas ao feito, levantamento do sobrestamento e reiteração dos termos da Informação n.º 19/2015-Diacomp1. Manifestação do Ministério Público converge com a unidade instrutiva. Despacho Singular n.º 473/2015 – GCIM: reinstrução objetivando analisar os reflexos do Acórdão n.º 896.327 proferido pela 3ª Turma Cível do TJDF no Agravo de Instrumento 2015.00.2.015247-2, publicado no DJE de 1º.10.2015, em face do deliberado no item V da Decisão n.º 2.944/2015. Ingresso de requerimento formulado pelo representante legal da Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., solicitando o fornecimento de cópia a partir da fl. 1.324 neste feito. Despacho Singular n.º 487/2015-GCIM: fornecimento de cópia a partir da fl. 1.324 ao requerente. Juntada de documentos pela Terceira Procuradoria. Despacho Singular n.º 526/2015 – GCIM: fornecimento de cópia das fls. 1.340 a 1.437 à empresa Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. Despacho Singular n.º 547/2015: novas cópias fornecidas à empresa



Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. a partir da fl.1.441. Análise do cumprimento de diligências e dos reflexos do Acórdão n.º 896.327 proferido pela 3ª Turma Cível do TJDF nestes autos. Ingresso de pedido de cópia da manifestação do MPJTCD, formulada pela empresa Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. Voto do Relator parcialmente convergente com o corpo instrutivo. Decisão n.º 6.034/2015: pedido de vista dos autos formulado pelo i. Cons. Márcio Michel. Voto de Vista convergente com o Relator. Fato superveniente: juntada de expediente pela Item Concessionária, em 21.03.2016, mediante representante legal (fl. 1.490 e anexos de fls. 1.491/1.492). Reapresentação do feito. Ratificação do Voto, com acréscimo no sentido de tomar conhecimento do expediente protocolado pela Item Concessionária e ajustes redacionais em face do advento da Resolução TCDF n.º 290/2016. Decisão n.º 2.956/2016: conhecimento do expediente protocolado pela Item Concessionária e ajustes redacionais em face do advento da Resolução TCDF n.º 290/2016; denegação do pedido de cópia formulado em face das disposições do art. 7, § 3º, da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c artigo 3º, inciso XII, do Decreto n.º 7.724/2012 e com art. 1º, § 1º da Resolução TCDF n.º 253/2013. Pelo levantamento do sobrestamento do feito, considerando satisfatoriamente cumpridos os itens III, V.a e V.c da Decisão n.º 6.114/2014 e o item III da Decisão n.º 2.944/2015, e sobrestamento da análise do Relatório Técnico do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n.º 36.353/2015 e da manifestação da Item Concessionária, até o deslinde do Processo n.º 2013.01.1.149483-9 que tramita no TJDF. Fato superveniente: representação formulada pela Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., com pedido de medida cautelar, requerendo, provisoriamente, a suspensão dos efeitos do Decreto n.º 38.512/2017 e, no mérito, o reconhecimento de ilegalidade do aludido ato do Governador do Distrito Federal, que declarou a extinção por caducidade do Contrato de Concessão n.º 06/2014, celebrado entre o DF e a ITEN. Exame de admissibilidade. Decisão n.º 4.991/2017: conhecimento da representação, fixando prazo de 5 (cinco) dias para oitiva dos envolvidos previamente à deliberação quanto à medida acautelatória demandada, a teor do art. 277, § 3º do RI/TCDF. Despacho Singular n.º 629/2017 - GCIM: dilação de prazo, de 5 (cinco) dias, para manifestação da SEF/DF, PGDF e Terracap. Decisão da Presidência n.º 043/2017 - P/AT: prorrogação de prazo, de 5 (cinco) dias, para manifestação da PGDF. Encaminhamento de informações pelas jurisdicionadas. Deliberação sobre a medida cautelar constante da Representação formulada pela Item Concessionária. Decisão n.º 2.782/2018: retorno dos autos ao gabinete do Relator. Juntada de memoriais encaminhados pela PGDF e pela empresa Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. Decisão n.º 3.186/2018: conhecimento da documentação encartada ao feito, considerando atendida a Decisão n.º 4.991/2017; sobrestamento da análise das manifestações encaminhadas pelas jurisdicionadas, bem como de pontos (parágrafos 70/83) da representação manejada pela empresa Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., até o trânsito em julgado do Processo n.º 2013.01.1.149483-9, em curso no TJDF, sobrestamento do pedido cautelar e exame de mérito da exordial formulada pela empresa Item Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. até o deslinde do MS 2017.002.021162-0 em curso no TJDF, ciência da decisão a ser proferida aos interessados e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Decisão n.º 2.334/2019: conhecimento do requerimento formulado pela empresa Item



Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., denegando-lhe o pedido de prosseguimento de sua representação; manter o sobrestamento, até o trânsito em julgado do Processo n.º 2013.01.1.149483-9, em trâmite no TJDF, das análises das manifestações apresentadas pelo BRB S.A. e Terracap, bem como dos pontos constantes dos parágrafos 70/83 da representação formulada pela Iten Concessionária, do pedido cautelar e do exame de mérito da representação da referida Concessionária. Oposição de embargos de declaração pela empresa Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., por intermédio de seu representante legal, em face da Decisão n.º 2.334/2019. Decisão n.º 2.754/2019: conhecimento dos embargos de declaração opostos pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., dando-lhes provimento, com efeitos infringentes, tendo em conta o teor do Acórdão n.º 1110894, de 04.07.2018, proferido pela 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, no Processo n.º 2013.01.1.149483-9, que deu provimento ao Reexame Necessário e reformou a Sentença de 15.09.2016; levantar o sobrestamento dos autos, determinado no item II da Decisão n.º 2.334/2019; e autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para manifestação quanto aos pontos pendentes de análise. Decisão n.º 3.852/2019: Denegação da medida acautelatória pleiteada, ante a ausência dos pressupostos necessários à sua prolação, e, preliminarmente, por determinação à Caci/DF para que, no prazo de 30 (trinta) dias, envie ao Tribunal o resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta n.º 13, de 03.06.2018, publicada no DODF nº. 125, de 04.07.2018, considerando que o prazo final para apresentação do relatório final se deu em 27.06.2019, a teor da Portaria Conjunta n.º 2, de 19.02.2019, publicada no DODF nº. 36, de 20.02.2019. Encaminhamento de informações pela CACI/DF. Ingresso de pedido de vista e de cópias das peças processuais carreadas ao presente feito após prolação da Decisão n.º 3.852/2019. Decisão n.º 3.832/2020: adiamento da discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do relator, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente, concedendo-lhe o prazo de 10 dias para juntada de memoriais. Decisão n.º 5.187/2020: conhecimento dos expedientes acostados aos autos e dos memoriais encaminhados pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A.; determinação à Caci/DF que, no prazo de 30 dias encaminhe cópia da Nota Técnica n.º 0222/2017 - AJL/CACI e disponibilize cópia ou acesso integral ao processo administrativo instaurado em obediência ao disposto no § 2º do art. 38 da Lei n.º 8.987/1995; apresentando, caso haja interesse, considerações adicionais acerca da matéria representada pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. (notadamente, sobre a extinção, por caducidade, do Contrato de Concessão n.º 06/2014), tendo em conta a mudança no comando do Poder Executivo ocorrida após a edição do Decreto Distrital n.º 38.512/2017; ciência da decisão à Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., por intermédio de seu representante legal, bem como às jurisdicionadas envolvidas no feito (Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, Banco de Brasília - BRB S.A., Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, Secretaria de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE/DF); envio de cópia do relatório/voto e da decisão à Caci/DF, a fim de subsidiar o cumprimento das diligências indicadas anteriormente e o retorno dos autos à Segem/TCDF, para fins de reinstrução, de modo a promover o exame de mérito da representação formulada pela Iten Concessionária do Centro de



Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., bem como dos demais documentos juntados aos autos (inclusive daqueles cuja análise encontra-se sobrestada), em conjunto com aqueles que venham a ser encaminhados em atenção ao item II precedente. Encaminhamento de informações pela SEEC/DF. Ingresso de pedido de vista e de cópia integral dos autos formulado pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. Despacho Singular n.º 71/2021 – GCIM: Concessão. Ingresso de pedido de cópia de documentação carreada aos autos a partir de peça eletrônica 496 formulado pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. Despacho Singular n.º 145/2021 – GCIM: Concessão. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pela PGDF. Despacho Singular n.º 285/2021 – GCIM: concessão. Ingresso de pedido de cópia de documentação carreada aos autos a partir do Despacho Singular n.º 145/2021 - CGIM formulado pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A.. Despacho Singular n.º 308/2021 – GCIM: concessão. Ingresso de pedido de sustentação oral formulado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Despacho Singular n.º 356/2021 – GCIM: concessão do pleito, fixando-se a data de 09.06.2021 para realização da sustentação oral demandada. Ingresso de pedido de sustentação oral formulado pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A.. Despacho Singular n.º 360/2021 – GCIM: concessão do pleito, fixando-se a data de 09.06.2021 para realização da sustentação oral demandada. Realização de sustentação oral de defesa pela representante legal da Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A. e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Decisão n.º 2.194/2021: retorno dos autos ao gabinete do Relator. Juntada de memoriais pela PGDF e pela Iten Concessionária. Decisão n.º 2.566/2021: conhecimento das documentações carreadas ao feito; considerar, no mérito, procedente a representação formulada pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrada do Distrito Federal S.A., no que concerne à ausência dos motivos ensejadores da decretação de caducidade levada a efeito pelo Decreto n.º 38.512/2017; determinar ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Caci/DF, que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Decreto n.º 38.512/2017, que declarou a caducidade do Contrato de Concessão, informando a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca das providências adotadas; determinações aos jurisdicionados indicados que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem informações atualizadas relacionadas à execução do Contrato de Concessão n.º 06/2014; alternativamente às diligências, determinar ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Caci/DF e da PGDF que, diante da possibilidade de o Poder Concedente não ter interesse em dar continuidade ao Contrato de Concessão n.º 06/2014, após a anulação do Decreto n.º 38.512/2017, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, suas considerações acerca da viabilidade de extinguir a concessão por encampação, encaminhando as medidas adotadas para pleno atendimento das disposições constantes do art. 37 da Lei n.º 8.987/1995. Ingresso de pedido de cópia de documentação carreada aos autos a partir do Despacho Singular n.º 308/2021-CGIM formulado pela Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A.. **Nesta fase:** análise do pedido. Concessão.





## DESPACHO SINGULAR N.º 495/2021-GCIM

Por meio do expediente juntado ao processo em 26.07.2021 (e-DOC 35ED1A0A-e), a empresa Iten Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A., por intermédio de seus representantes legalmente constituídos, requer *“seja deferida vista e cópia dos documentos juntados aos autos a partir do Despacho Singular nº 308/2021 - CGIM, prolatado em 07.05.2021.”*

Constato que o pedido de cópia formulado contempla documentos carreados aos autos após a deliberação plenária proferida pelo Tribunal, na Sessão Ordinária n.º 5.261, de 07.07.2021, mediante a Decisão n.º 2.566/2021.

Assim sendo, em prol dos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, e nos termos previstos no art. 131 do RI/TCDF, defiro aos subscritores do peticionamento de e-DOC 35ED1A0A-e o fornecimento de cópia dos autos a partir da peça eletrônica 518 (e-DOC 7C0357F5-e).

Brasília (DF), 26 de julho de 2021

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator